2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MANGUALDE**Anúncio n.º 7726/2007****Prestação de contas (liquidatário)
Processo n.º 151-Y/2002**

Liquidatário judicial — Romão Manuel Claro Nunes.
Requerido — REXOTRÓNICA — Comércio Máq. Equip. Escritórios.

O Dr. Fernando de Oliveira Barbosa, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida notificados para, no prazo de cinco dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

29 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Fernando de Oliveira Barbosa*. — O Oficial de Justiça, *Vilma Gonçalves*.

2611062482

TRIBUNAL DA COMARCA DE MONÇÃO**Anúncio n.º 7727/2007****Prestação de contas de administrador (CIRE)
Processo n.º 287/05.2TBMNC-C**

Credor — Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social de Viana do Castelo e outro(s).

Insolvente — Lobeira & Cerqueira, L.^{da}

A Dr.^a Raquel Esteves Caldas Pereira, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Lobeira & Cerqueira, L.^{da}, número de identificação fiscal 503974200, endereço em Cortes, Lagoa, 4950-000 Monção, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

6 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel Esteves Caldas Pereira*. — O Oficial de Justiça, *José Manuel Raposo*.

2611062608

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTA DELGADA**Anúncio n.º 7728/2007****Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 1401/07.9TBPD**

Requerente — Nova Gráfica de Amaral, Rodrigues, Resendes e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados, em que são:

Insolvente — Comulares — Comunicações Insulares e Publicidade, S. A., número de identificação fiscal 512089272, com endereço na Rua de Manuel da Ponte, 51, 9500-000 Ponta Delgada;

Administrador da insolvência — Rúben Jardim de Freitas, com endereço no Caminho do Pilar — Conj. Habitacional Pilar I, bloco A, lote 1, fracção F, 9000-136 Funchal;

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi designado o dia 7 de Dezembro de 2007, pelas 9 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

Sendo necessário ao conveniente andamento dos trabalhos, pode o juiz limitar a participação na assembleia aos titulares de crédito que atinjam determinado montante, o qual não pode ser fixado em mais de € 10 000, podendo os credores afectados fazer-se representar por outro cujo crédito seja pelo menos igual ao limite fixado ou agru-

par-se de forma a completar o montante exigido, participando através de um representante comum.

15 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Almeida Marques Soares de Albergaria*. — O Oficial de Justiça, *Egídia Ponte*.
2611062513

5.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTA DELGADA**Anúncio n.º 7729/2007****Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 2155/05.9TBPD**

Insolvente — Angra Modas e outro(s).

Efectivo com. credores — Angra Modas — Comercialização.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado, em que são insolvente Angra Modas, número de identificação fiscal 512030278, com endereço na Avenida do Infante D. Henrique, Edifício Sol-Mar, loja 130, São Pedro, 9500-000, e liquidatário judicial António José Cardoso Simões, com endereço na Rua de Carlos Seixas, 9, rés-do-chão, sala 7, 3030-000 Coimbra, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por o valor dos bens apreendidos ser inferior a € 5000, manifestamente insuficiente para satisfação das custas do processo — artigo 232.º, n.º 7, do CIRE.

Efeitos do encerramento:

Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa;

Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência com excepção, quanto a este, das referentes à apreensão das contas;

Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em acção de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência;

Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

6 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Costa*. — O Oficial de Justiça, *Angelo Carvalho*.

2611062596

Anúncio n.º 7730/2007**Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 1789/07.1TBPD**

No 5.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada, no dia 24 de Setembro de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Mini Mercado Matosa de Gonçalves & Gonçalves, L.^{da}, número de identificação fiscal 512027048, com sede na Estrada Regional da Relva, 316, Relva, 9500-000 Ponta Delgada.

Para administrador da insolvência é nomeado António J. Cardoso Simões, com domicílio na Rua de Carlos Seixas, 9, 2.º, D, Coimbra, 3030-177 Coimbra.

São administradores do devedor Domingos Viveiros Gonçalves e Maria da Piedade do Rego Medeiros Gonçalves, ambos com endereço na Estrada Regional da Relva, 52, Relva, 9500-000 Ponta Delgada, aos quais é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

25 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Costa*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Marques*.

2611062598

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA COMBA DÃO

Anúncio n.º 7731/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 603/07.2TBSCD

Insolvente — Carlos Marujo, Sociedade Unipessoal, L.^{da}
Credor — Madeira e Rolo, Serviços de Contabilidade, L.^{da}, e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, no dia 18 de Setembro de 2007, às 19 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Carlos Marujo, Sociedade Unipessoal, L.^{da}, número de identificação fiscal 506168042, Avenida do Dr. José Augusto Capelo, 3430-000 Carregal do Sal, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Rui Dias da Silva, com domicílio na Rua de Serpa Pinto, 37, 1.º, esquerdo, 3510-112 Viseu.

É administrador da devedora Carlos Alberto Moreira Marujo, a quem é fixado domicílio na Avenida do Dr. José Augusto Capelo, Carregal do Sal.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património da devedora não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

21 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sara Pereira*. — O Oficial de Justiça, *José Salgado*.

2611062625

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio n.º 7732/2007

Insolvência de pessoa singular (requerida)
Processo n.º 1128/06.9TBGMR

Insolvente — Anabela de Oliveira Ferreira, casada (regime desconhecido), número de identificação fiscal 187331383, com endereço na Rua do Monte, 64, Arcozelo, 4505-684 Caldas de São Jorge.
Administrador da insolvência — António Teixeira Gonçalves, com endereço na Praça da Alegria, 38, 1.º, 4050-000 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento — os previstos no artigo 233.º do CIRE.

18 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Octávia Marques*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Maria Pereira*.

2611062558

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 7733/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 4468/07.6TBSTS

Insolvente — Ventura e Costa — Aquecimentos, L.^{da}

No 2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, no dia 19 de Outubro de 2007, pelas 16 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Ventura e Costa — Aquecimentos, L.^{da}, número de identificação fiscal 503968536, com endereço na Rua Ribeira do Pisão, 30, Água Longa, 4825 Santo Tirso, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Emídio Rodrigues Lima, com endereço na Rua de Manuel Felisberto M. O. Júnior, 185, 4470-199 Maia.

São administradores da devedora:

Ventura Martins da Costa, casado, nascido em 16 de Abril de 1952, nacional de Portugal, bilhete de identidade n.º 5737254, com endereço na Rua Ribeiro Pisão, 20, Água Longa, 4780 Santo Tirso;

Maria da Costa Oliveira, com endereço na Rua Ribeira Pisão, 20, Água Longa, 4780 Santo Tirso;

a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

23 de Outubro de 2007. — O Juiz de Direito, *Porfírio Vale*. — O Oficial de Justiça, *Rosário Vasconcelos*.

2611062423

TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Anúncio n.º 7734/2007

Prestação de contas (liquidatário)
Processo n.º 72/05.1TBSP-B

Administrador da insolvência — Rui Nunes Dias da Silva.
Devedora/insolvente — Costa & Irmãos, L.^{da}

A Dr.ª Rita Coelho Santos, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são notificados a insolvente/devedora Costa & Irmãos, L.^{da}, e os credores para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias dos éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

28 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Rita Coelho Santos*. — O Oficial de Justiça, *Carla Isabel Samões*.

2611062611